

5) O campo da Educação Geográfica tem avançado bastante na última década, em especial na discussão de novas metodologias e abordagens teóricas no ensino de geografia no âmbito escolar. Nesse sentido, a Geografia Política e a Geopolítica, compõe do conhecimento tradicional na Geografia, possuem uma atuação distinta (ao) nessas discussões devido a sua presença pouco consolidada e restrita no currículo do ensino básico e por ainda carregar concepções negativas e enviesadas sobre a política e sua espacialidade.

A preocupação de novas abordagens na educação é preocupação de um conjunto de autores, dentre eles Michael Young, que defende a importância de se pensar o currículo como forma de melhorar na aprendizagem. Para ele, a inclusão de novos temas que estejam ligados à realidade e desafios contemporâneos dos alunos é imprescindível para o desenvolvimento da educação, nisso que define como "conhecimento poderoso". As transformações no currículo, portanto, podem empoderar os alunos enquanto agentes ativos na aprendizagem, tornando a aprendizagem cada vez mais significativa.

Nesse contexto, a inserção do conhecimento relacionando à Geografia e Geopolítica deve superar alguns desafios. O primeiro deles é o de aproximar a política do ensino, devendo superar uma visão negativa e restrita que a acompanha no ensino de geografia. A concepção de política, muitas vezes, Autores que se dedicam sobre essas questões apontam que a política é muitas vezes entendida como falso e por um lado como falso e enganoso ou retórica, e, por outro lado, apenas contida no meio social, em que verdadeiramente é realizada diretamente pelas pessoas, os cidadãos. Tal visão pode ser compreendida pela atuação de dois principais fatores, como a história associada entre o Estado com o imperialismo e a formação de regimes autoritários, como o nazismo e fascismo, e a predominância da corrente crítica na Geografia, em que a política não é considerada como uma relação antinomia na sociedade, estando vinculada à economia, e ~~que~~ não se vê que não se legitima a sua institucionalidade, sobretudo na atuação do Estado.

O outro desafio é a ampliação dos temas de estudo sobre a retórica, sobre espaço e sobre a espacialidade da política. Há uma sobreposição de temas



da Geopolítica no currículo de geografia no ensino básico, enquanto outros temas ~~mostram~~ ~~mais~~ ~~vezes~~, como o espaço urbano e urbanização, organização do espaço agrícola e os impactos ambientais deixam a política em segundo plano em suas análises.

Para tanto, esforços recentes para a superação desses desafios estimularam uma reflexão sobre a educação política, perspectiva que destaca a importância da ensino da política ~~no~~ ~~na~~ ~~escola~~ como componente essencial da formação cívica. As discussões sobre a educação política estão sobretudo voltadas ao desenvolvimento da cidadania ativa, no sentido de destacar e valorizar o aluno como um dos agentes políticos e do papel da escola na formação cívica, como prenho na Constituição e na lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Dessa forma, a educação política atua no sentido de potencializar e ampliar e qualificar o ensino de Geografia Política e Geopolítica no âmbito escolar, destacando a centralidade da política e sua capacidade de compreender o mundo nas suas mais diversas formas. Além disso, destaca a prestação da política em diferentes dimensões e escalas, sendo capaz de propor a incorporação de novas abordagens capazes de auxiliar a compreensão de assuntos presentes na realidade dos alunos e também que compõem desafios contemporâneos, como a participação política, as políticas públicas, a institucionalidade da política e sua importância na organização das sociedades e a organização do espaço a partir da ação política.

6) Nas últimas décadas, ~~em~~ sobretudo desde o fim da Guerra Fria, a ordem mundial vem passando por um contínuo processo de organização, definindo-se, como muitos autores propõem, muito mais por uma multipolaridade do que a hegemonia de uma única potência. O avanço na integração econômica, o desenvolvimento de países periféricos - agora emergentes - formam o cenário geopolítico mundial muito mais complexo e competitivo do que fora na ordem bipolar. Nesse contexto, portanto, encontram-se novas tensões, estratégias e conjunturas nas quais os Estados Nacionais devem atuar. Podemos destacar ~~dois~~ principais fatores que orientam as relações entre os Estados Nacionais, que são a globalização e o paradigma da integração internacional.

A partir ~~sobre~~ da década de 1980, a globalização ~~se torna~~ estabelece uma nova condicão e estrutura de organização do mundo. Os efeitos do avanço nos meios de transporte e comunicação, cada vez mais rápidos e conectando cidades espalhadas no mundo, impactam diretamente a inserção dos Estados Nacionais no mundo, assim como a sua própria organização interna. Diversos autores buscaram compreender essa nova condição e realidade que passou a ordenar o mundo, destacando-se entre eles Anthony Giddens e Jean Gottmann. Para Giddens, concorrem, na ~~tet~~ compreensão dessa nova ordem mundial globalizada, duas vozes, a dos cépticos e dos radicais. Para os primeiros, a globalização é um fenômeno antigo, que se origina na integração promovida com a Grandes Navegações e se encontra em estágio avançado a partir do ~~avanço~~ da integração surgimento de novas tecnologias, como a internet e meios que proporcionam novas conexões entre os países. Enquanto isso, para os radicais, a globalização cria uma nova organização global, em que as fronteiras nacionais vão se tornando cada vez mais ~~compreendendo~~ enfraquecidas diante dos fluxos que interligam diferentes locais, muitas vezes controlados por grandes corporações internacionais.

Enquanto isso, Jean Gottmann comprehende esse novo contexto mundial a partir da tensão entre o ~~sistema~~ que define como sistema de fluxos, ~~e sistema de~~ geografia. Por, formado pelo circuito do capital.

e informações, e o sistema de iconografia, formado ~~pelo Estado~~ pelo Estado, municipalidade, regionalizações e identidades, todo é, por elementos definidos por sua territorialidade. Nesse sentido, a organização do mundo deve ser compreendida na articulação entre as diferentes formações territoriais, como os Estados, e os ~~pelos~~ diferentes fluxos que os atravessam e interligam.

Nesse contexto imposto pela globalização, os Estados Nacionais assumem novas condições de ação. A sua ação na economia internacional está condicionada à relação a novos atores econômicos transnacionais, como o capital financeiro e as empresas transnacionais, que possuem ação concorrente à diferentes países e regiões do mundo. Dessa forma, os Estados Nacionais devem atuar na conformação entre os seus interesses nacionais e atores econômicos de ação multiterritorial.

O outro fator que orienta a ação dos Estados Nacionais é a nova ordem mundial e o paradigma da integração ~~regional~~ internacional surgida a partir dos anos 1990 por meio do fortalecimento surgimento e fortalecimento dos blocos econômicos e organizações internacionais. Tais formas de integração representam estratégias de competição em uma economia internacional cada vez mais competitiva e a necessidade de ações conjuntas em problemas comuns no espaço que se círam na escala global. ~~Enquanto~~
~~os blocos econômicos impõem tensões entre a soberania~~

Ao mesmo tempo, esse paradigma impõe novos desafios aos Estados Nacionais. A integração e cooperação prevista nos blocos econômicos, como a integração dos mercados e até mesmo a criação de instituições comuns, que criam condições vantajosas no comércio e no desenvolvimento, possuem uma tensão permanente entre a soberania nacional e a integração. Por outro lado, a ~~força~~ ação conjunta em organismos internacionais permitem a criação de arenas diplomáticas onde os conflitos e interesses dos Estados Nacionais são conformados, embora ainda se mantenham as assimetrias de poder e a dificuldade de uma governança global consistente.

2) A atual transição energética global está inserida nesse que muitos autores do campo da geopolítica definem como orden interacional ambiental. A mudança das matrizes energéticas ~~baseadas~~ fósseis, como o petróleo e carvão mineral, devem ser compreendidas em diferentes sentidos, em que a questão ecológica está ~~estretamente~~ intrinsecamente relacionada com ~~as~~ geopolítica as questões políticas e econômicas.

As fontes energéticas sempre foram vitais para o funcionamento da sociedade, do qual para os Estados Nacionais representam a soberania sobre o seu território, não garantia da autonomia da suprimento de sua população, e das condições de produção interna. As disputas por ~~re~~ sendo assim, as disputas por acesso a recursos naturais marcaram a história recente entre os países, cuja desigualdade na distribuição ^{dos} desses recursos ^{entre os} territórios ~~dos~~ e as diferentes condições econômicas e políticas em seu acesso, criaram diferentes conflitos no mundo, como podemos ver atualmente nas disputas geopolíticas envolvendo a Rússia, Ucrânia e os países europeus.

A transição energética também está relacionada à ~~segurança~~ segurança ambiental, isto é, à garantia da existência do planeta Terra e os seres vivos. A discussão global em torno da substituição da matriz energética fóssil por fontes de menor impacto é vista como a garantia do impedimento de um colapso do planeta. Para tanto, as discussões em torno de um modelo de desenvolvimento sustentável ganham relevância no cenário internacional e, da mesma forma, suscitam grandes obstáculos, como a reestruturação de uma economia pautada no consumo de combustível fóssil e a criação de uma consistente governança ambiental global.

No âmbito econômico, a mudança de padrão energético ~~impõe~~ implica a transformar o atual arranjo econômico global e a estrutura de poder comandada por grandes empresas relacionadas a este recurso, como as empresas automobilísticas e indústrias de manufatura, assim como a influência exercida por grandes ~~poder~~ potências que possuem economias dependentes da consumo desse tipo de fonte energética. O estabelecimento



bases energéticas pensadas em fontes menos poluentes, como a energia eólica, biomassa, hidroelétrica e solar, criaram novos paradigmas econômicos e políticos, em que países até então periféricos ganharam protagonismo, alterando a relação de dependência com os países centrais, na medida que uma nova geografia dos recursos energéticos seria implantada.

Por outro lado, a governança global evoluiu em termos da questão ambiental para a ganhar uma nova importância. As conferências ambientais e seus diversos fóruns internacionais de discussão, como a ONU, assumiram um protagonismo - e desafio - na acomodação do conflito entre produtividade e conservação ambiental. A implementação de modelos de desenvolvimento sustentável no cenário internacional, sobretudo na implementação de economias mais limpas e menos dependentes de combustíveis fósseis, deverá superar as assimetrias de poder e as desigualdades econômicas entre os países, no sentido de garantir uma concertação internacional entre os impactos econômicos e novas configurações de poder resultantes desta transição energética global.